



RAM. Revista de Administração

Mackenzie

ISSN: 1518-6776

revista.adm@mackenzie.com.br

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Brasil

SILVA DE NORONHA, NAYARA; SIADE BARBOSA, DÉBORAH MARA
RENDAS, CONSUMO E CENTRALIDADE DO TRABALHO NA “NOVA CLASSE MÉDIA”
BRASILEIRA

RAM. Revista de Administração Mackenzie, vol. 17, núm. 1, enero-febrero, 2016, pp. 40-

54

Universidade Presbiteriana Mackenzie

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=195443969001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



RENDAS, CONSUMO E CENTRALIDADE DO TRABALHO NA “NOVA CLASSE MÉDIA” BRASILEIRA

NAYARA SILVA DE NORONHA

Doutoranda em Administração da Escola de Administração de Empresas de São Paulo
da Fundação Getulio Vargas (Eaesp-FGV).

Mestra em Administração pelo Departamento de Administração e Economia
da Universidade Federal de Lavras (DAE-Ufla).

Professora do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS).

Rua Itapeva, 432, Bela Vista, São Paulo – SP – Brasil – CEP 01332-000

E-mail: nayara.noronha@gmail.com

DÉBORAH MARA SIADE BARBOSA

Doutoranda em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
da Universidade Federal de Minas Gerais (Cepead-UFMG).

Mestra em Administração pelo Departamento de Administração e Economia
da Universidade Federal de Lavras (DAE-Ufla).

Professora do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras.

Avenida Presidente Antonio Carlos, 6.627, Pampulha, Belo Horizonte – MG – Brasil – CEP 31270-901

E-mail: deborahsiade@yahoo.com.br

RESUMO

Objetivo: Compreender a centralidade do trabalho para a classe social emergente brasileira, conhecida como “nova classe média”.

Originalidade/lacuna/relevância/implicações: A centralidade do trabalho é um fenômeno recente e com debates em construção. Se estamos falando de uma classe em que o trabalho permanece como elemento centralizador de suas vidas e, por conseguinte, com o mundo organizacional, é de fundamental importância que os estudos organizacionais tragam sua contribuição.

Principais aspectos metodológicos: Como há poucos trabalhos sobre tal temática, nosso trabalho foi baseado na revisão sistemática da literatura.

Síntese dos principais resultados: Reiteramos que a associação simples e superficial entre classe, renda e consumo não é capaz de abarcar toda a complexidade que há por trás das estruturas de distinção e separação de classes. Quando percebemos a sociedade apenas como mera reprodução do mercado, ou seja, pela renda e pelo consumo, estamos perpetuando a naturalização da superexploração do capital que foi transvestida em ação individual transformadora. A acumulação virou algo tão sutil na sociedade que não percebemos que a exaltação da renda e do consumo como respostas às mudanças sociais é leviana e esconde toda a dominação simbólica do capitalismo.

Principais considerações/conclusões: Afirmamos que não há a formação de uma nova classe média, mas sim uma nova classe trabalhadora. Para esses sujeitos, o trabalho continua sendo o elemento central e transformador de suas vidas, que permite também acesso ao que antes era restrito a uma pequena parcela da população.

PALAVRAS-CHAVE

41

Classe social. Nova classe média. Renda. Consumo. Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

A categoria trabalho foi alvo de diversos estudos das ciências sociais, econômicas e políticas que buscavam compreender a sociedade por meio das relações do trabalho e do capital. Contudo, atualmente, parece haver uma penumbra do mundo do trabalho nos estudos organizacionais. Provavelmente pela importância que esse tema já teve nas décadas anteriores, os estudos sobre trabalho estão cada vez mais escassos ou, então, saturados de “mais do mesmo”. Contudo, Barley e Kunda (2001) trazem de volta a necessidade de pensar o conceito de trabalho para as novas configurações do capitalismo contemporâneo.

O trabalho é o elemento central da vida humana. Para Marx (1985), o trabalho é o mediador entre o homem e a natureza. O homem se cria e estabelece suas relações sociais por meio do trabalho. A sociedade só pode ser compreendida a partir das relações de trabalho, pois “os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humano, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha” (Marx, 1985, p. 151).

O trabalho, na sociedade pré-industrial, foi o que possibilitou uma mudança de organização do sistema social vigente. É por meio do trabalho que há a construção de um sujeito autônomo, que separa sua vida pessoal do trabalho. Um sujeito que tem a opção de escolha – “O que quero ser?” –, que permite a mudança entre as classes sociais, diferentemente do modelo aristocrático que impossibilitava qualquer questionamento de classe e trabalho (Poster, 1979).

Desse modo, o trabalho deixa de ser uma prática para ter valor no mundo do capital. Em outras palavras, o trabalho passa para além do seu valor de uso e começa a ter valor de troca. É na relação valor de uso e valor de troca que a burguesia, detentora dos meios de produção, retira a mais-valia do proletariado que vende sua força de trabalho (Marx, 1985). A exploração da mais-valia é que possibilita a acumulação de capital e a ascensão social de uma classe burguesa sem um passado nobre.

A divisão do trabalho e a luta de classes, na sociedade capitalista, são objetos de estudos dos marxistas. Contudo, o capitalismo tem a capacidade de ressignificar as transformações da sociedade a seu favor, e, por isso, Marcuse (1982) afirma que vivemos em uma sociedade unidimensional. Para o autor, não é possível que haja uma mudança por meio da classe proletária, uma vez que os sujeitos trabalhadores se beneficiam tanto do capital que já foram absorvidos pelo sistema. Seria impossível uma autonomia emancipatória do sujeito na atual configuração do capitalismo contemporâneo.

O sistema do capital possibilitou aos trabalhadores acesso a bens de consumo e à mudança de classe. Como contrapor um sistema que possibilitou o acesso

e ascensão da classe trabalhadora? O trabalho parece ser, então, compreendido apenas como um meio de acesso e não mais como um meio de transformação do homem e da natureza. Destarte, há uma premissa da perda da centralidade do trabalho, haja vista que o consumo tornou-se o protagonista da atual fase do capitalismo contemporâneo.

Nossa inquietação está relacionada às seguintes questões:

- Como o trabalho pode perder a centralidade para milhões de brasileiros que dependem dele para que possam transformar a própria realidade?
- Que nova classe média brasileira é essa que continua acordando de madrugada e pegando duas conduções para chegar ao trabalho?
- Como pode haver mudança de classe por meio apenas da responsabilidade individual, sem consciência de classe?

Assim, neste ensaio teórico, tentamos iniciar uma ponderação sobre a fragilidade de compreensão da “nova classe média”, embasada somente na renda e no consumo. O objetivo é fazer uma reflexão sobre a centralidade do trabalho para essa classe emergente brasileira.

Na próxima seção, apresentamos uma contextualização do capitalismo contemporâneo, seguida de uma breve conceituação de classes sociais e de uma reflexão sobre a formação da classe média emergente. Logo após, refletimos acerca de quem são os sujeitos pertencentes à nova classe média. Fazemos também uma discussão sobre renda, consumo e trabalho, e, por fim, expomos as considerações finais.

2 TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O capitalismo precisa sempre de um espírito que o justifique e o legitime. No capitalismo industrial, a premissa era que o capital estava vinculado ao bem-estar geral, a serviço do progresso e da modernidade (Souza, 2012). A exploração da mais-valia do trabalhador era justificada pelo bem maior: o avanço da sociedade. Ademais, a ética e a moral protestantes foram também essenciais para o desenvolvimento do capitalismo, haja vista que “a prosperidade era o prêmio de uma vida santa” (Quintaneiro, Barbosa, & Oliveira, 2003, p. 135).

A ascensão do capitalismo como modelo social e econômico vigente acarretou uma completa transformação na forma de se viver em sociedade. Houve expansão das cidades, êxodo rural constante e declínio da nobreza diante de um

novo modelo social vigente. Nesse novo modelo, o trabalho passou a ser a categoria-chave para a compreensão das relações sociais e econômicas. O próprio processo de trabalho passou a ser executado como produto das relações sociais capitalistas (Braverman, 1977). A ideia de acumulação ilimitada de capital, como um fim em si mesmo, tornou-se a premissa máxima. O trabalho, então, não estava mais relacionado diretamente às necessidades humanas, ou seja, ao valor de uso. Os interesses se direcionavam para o valor de troca e o acúmulo de capital (Poster, 1979; Marx, 1985).

Contudo, nesse sistema, as forças produtivas e as relações sociais estão em perpétua inter-relação, transformando-se mutuamente (Braverman, 1977). O capitalismo tem essa capacidade de ressignificação de suas contradições, de seus próprios termos. O capitalismo é como o Godzilla, quanto mais se tenta combatê-lo, mais ele cresce e acaba devastando tudo pela frente. O capitalismo não cria novas ideias, ele confere novo sentido às construções sociais existentes e as adapta às exigências da acumulação do capital.

Há diversos aspectos que devemos levar em consideração para compreender as mudanças do capitalismo contemporâneo. O primeiro deles é a ufania do capital financeiro. Por meio das novas tecnologias, o mercado financeiro conseguiu diminuir o tempo do processo de circulação do capital. Esse processo de circulação possibilitou a realização do valor na troca por dinheiro (Tauile & Faria, 1999). Assim, no encurtamento do giro do capital, existe dedução de custos de circulação. O mercado financeiro assumiu o controle do processo produtivo.

Corroborando o capital financeiro, a criação da moeda-crédito acarretou o fim do lastro do dinheiro. O dinheiro, então, passou a ter um valor fictício. O capital fictício, para Marx (1985), é uma contrapartida do capital dinheiro. A ficção monetária, contudo, passou a tratar o capital como uma mercadoria real, ou seja, o dinheiro se tornou uma mercadoria como outra qualquer (Polanyi, 2000). À especulação do capital sobreveio o ciclo da economia em seu movimento de valorização e desvalorização do capital produtivo (Tauile & Faria, 1999).

Outro ponto que ressaltamos são as modificações que o crédito ocasionou nos padrões de consumo na nossa sociedade: “A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada, primeiro e acima de tudo, pelo dever de desempenhar o papel de consumidor” (Bauman, 2001, p. 88). De tal modo, o consumo passou a ser compreendido como o fim de toda a produção, invertendo a lógica capitalista. É o que Jamenson (1996) chama de “lógica cultural do capitalismo tardio”, no qual a economia precisa criar produtos que pareçam novidades, com um ritmo cada vez mais acelerado, atribuindo uma posição cada vez mais essencial à inovação e ao experimentalismo.

O capitalismo financeiro também fez a “inclusão subordinada” do sujeito no processo de acumulação do capital. O trabalhador passou a ser reconhecido

como membro útil à sociedade e pôde criar uma narrativa de sucesso relativo à própria trajetória pessoal. Houve o fim dos gastos com controle do trabalho, e agora os próprios trabalhadores passaram a se vigiar e controlar o próprio trabalho (Souza, 2012). Eles passaram a se sentir responsáveis pelas mudanças das próprias vidas. Assim, o capitalismo passou a responsabilizar o indivíduo pelo sucesso (ou fracasso) do seu trabalho e da sua vida. É preciso acreditar no que se faz e, por isso, empenhar-se ao máximo. O capital transformou o labor em “prazer”.

O novo capitalismo torna o trabalho “flexível”. Exige do trabalhador agilidade e que este esteja aberto a mudanças e disposto a assumir riscos. O capitalismo flexível criou instituições maleáveis, porém tal flexibilidade concentrou-se mais nas forças que condicionam as pessoas. Segundo Sennett (1999), o fim da carreira trabalhista provocado pelas mutações do capitalismo gera ansiedade no trabalhador, já que ele não sabe mais que caminho seguir.

Por trás de todas essas mudanças do capitalismo, há sempre uma violência simbólica, uma violência invisível. Para Bourdieu (2007), existe, no novo capitalismo, uma dominação simbólica que legitima a ideologia da igualdade de oportunidades. Dessa maneira, o capitalismo contemporâneo naturaliza a acumulação de capital e torna suas formas de legitimação imperceptíveis à sociedade. Sem essa dominação simbólica, não existiria o capitalismo, e a economia não se legitimaria (Bourdieu, 2007; Souza, 2012).

A dominação simbólica do capitalismo está atrelada, principalmente, à divisão de classes. No capitalismo contemporâneo, a possível superação do conflito de classes é desvelada por Bourdieu (2007), que reafirma a importância da distinção no jogo social de dominação, que permite às classes dominantes se legitimar. A luta de classes continua no novo capitalismo, uma vez que o maior segredo da dominação social do capitalismo é a existência de classes sociais (Bourdieu, 2007).

3 DIVISÃO DE CLASSES: HÁ UMA “NOVA CLASSE MÉDIA” BRASILEIRA?

O conceito de classe social passa a ter grande importância a partir de Marx (1985), e, para ele, as classes sociais dependem das relações fundamentais de produção dentro de um sistema econômico e social particular. Assim, para compreender o capitalismo industrial, Marx (1985) propõe a segmentação da sociedade em duas classes: a burguesia e o proletariado. A burguesia dominante seria aquela que se apropria do excedente econômico na forma de lucro, por meio da

mais-valia, enquanto o proletariado corresponde à massa trabalhadora. Desse modo, segundo Marx (1985), as classes sociais são definidas pela divisão social do trabalho e pelo papel que desempenham na produção.

De acordo com Bresser-Pereira (2002, p. 10), é na relação de produção que se dá a definição das estruturas de classes sociais: “As classes sociais são grupos sociais definidos pelos papéis que desempenham: dominantes ou dominados, dentro das relações de produção básicas da sociedade”.

Na tentativa de hierarquizar as classes sociais, o conceito de estratificação social é “uma classificação diferencial dos indivíduos que compõem um dado sistema social e seu tratamento como superiores e inferiores em relação aos outros, em certos aspectos socialmente relevantes” (Parsons, 1940, p. 841). Essa é uma forma de mensurar a divisão poder, *status* e riqueza em uma dada sociedade. Na cultura ocidental, de modo geral, há três grandes estratificações sociais: alta, média e baixa.

Neri (2011) busca compreender essa divisão de classes a partir da perspectiva econômica. Para o autor, ainda é o critério “renda” que predomina na divisão de classes econômicas. Souza (2012, p. 21) faz um alerta sobre a importância de olhar para “os processos opacos de classificação e desclassificação operantes em nossa sociedade de modo a desvelar o núcleo do processo de dominação social e invisível”.

Assim, a distinção entre as classes sociais, de acordo com Bourdieu (2007), não está atrelada apenas ao capital econômico, é preciso decifrar a lógica de aquisição e reprodução do capital social para compreender o princípio das desigualdades sociais. Para o autor, é por meio dos julgamentos de gostos e preferências, que são socialmente construídos, que a relação de classe social é estreitada. Nas sociedades modernas, o princípio da distinção é construído a partir da familiaridade e naturalidade dos indivíduos e grupos sociais com uma cultura legítima.

No caso da nova classe média brasileira, é necessário observar, além da distribuição de renda, o potencial de consumo, a geração de renda e as expectativas sobre o futuro (Neri, 2011). Segundo Souza (2012, p. 26), essa é uma “classe incluída no sistema econômico, como produtora de bens e serviços valorizados, ou como consumidora crescente de bens e serviços que antes eram um privilégio das classes média e alta”.

Para compreender as classes sociais, não se devem considerar apenas a renda e o consumo, mas também o estilo de vida e a visão de mundo “prática” do sujeito. Pertencer a uma classe social não é somente a transferência de privilégios e bens materiais às futuras gerações. É, sobretudo, uma questão de repassar valores imateriais na reprodução dessas classes. Assim, além do baixo capital social e do mínimo capital econômico da nova classe média, a influência dos

valores de família também é determinante, o que é chamado por Souza (2012) de capital familiar. Na transmissão de valores, o trabalho é central, pois estimula esses sujeitos a lutar por uma melhor condição de vida, mesmo nas situações sociais mais adversas.

De tal modo, para Souza (2012), estamos diante não de uma “nova classe média”, mas de uma “nova classe trabalhadora”. Essa definição se dá pela ausência de participação na luta por distinção social que caracteriza as classes alta e média. Assim, a nova classe trabalhadora não possui o acesso privilegiado das classes dominantes, não é individualista e não tem capital cultural.

Essa classe conseguiu seu lugar ao sol à custa de extraordinário esforço: à sua capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante, a uma extraordinária crença de si mesmo e no próprio trabalho (Souza, 2012, p. 50).

Braverman (1977) já chamava a atenção para as mudanças na classe média causadas pelo capitalismo no século XX. Para o autor, uma nova classe média estava sendo formada pelas transformações tecnológicas nos meios de produção e trabalho, e essa classe, apesar de trabalhadora, sentia-se mais próxima do conceito de pequeno-burguês.

[...] velha classe média ocupava aquela posição em virtude de sua posição fora da estrutura polar: capital ou trabalho; ela possuía atributos de ser nem capitalista nem trabalhadora [...] nova classe média [do século XX], em contraste, ocupa sua posição intermediária não porque esteja fora do processo de aumento do capital, mas porque, como parte desse processo, ela assume as características de ambos os lados (Braverman, 1977, p. 344).

Desse modo, a “nova classe média” nada mais é do que produto das transformações recentes na classe trabalhadora no capitalismo mundial. Concordando com a visão apresentada por Souza (2012), acreditamos que é muito simplista tentar analisar a complexidade dessa nova classe média, ou melhor, dessa nova classe trabalhadora, por renda e acesso a produtos e serviços. Nessa tentativa de compreensão da ambiguidade das transformações do novo capitalismo na classe trabalhadora, é necessária uma reflexão crítica que perpassa pelo cotidiano desses sujeitos, suas ações, seus sonhos e seu estilo de vida.

4 OS TRABALHADORES DA CLASSE EMERGENTE: QUEM SÃO ELES?

O aumento da classe média no Brasil tem sido um fenômeno noticiado em diversas mídias brasileiras. Tal expansão parece representar uma melhoria de condições sociais e econômicas do povo brasileiro. Entre tantas outras contradições do sistema capitalista, de acordo com reportagem do portal G1 Economia (Quaino, 2013), houve, nos últimos dez anos, um acréscimo de 32% da classe média nas favelas brasileiras. Isso significa que 65% dessa nova classe média vive em favelas. Então, quem são os representantes dessa nova classe média que ainda moram em lugares marginalizados?

São pelo menos 30 milhões de brasileiros que fazem parte do jogo do mercado, por meio do trabalho árduo, do esforço próprio e do consumo. Esse novo estrato social passa a ter um relativo consumo que, recentemente, deixa de ser um peso para a sociedade e ajuda a movimentar e modificar a economia brasileira (Souza, 2012).

Souza (2012) descreve alguns dos perfis dos trabalhadores dessa nova classe média, uma diversidade de pessoas que estão todos os dias em busca de uma vida melhor por meio do trabalho. Eles são aqueles dispostos ao trabalho árduo, formal ou informal, em pequenos estabelecimentos, como lojinhas de garagem, barracas de rua ou em feiras, lojinhas de bairro ou, ainda, proprietários de indústrias de pequeno porte, como confecções, serralherias, carpintarias. No campo, os pequenos agricultores podem ser também considerados como os trabalhadores dessa nova classe.

Contudo, a grande massa dessa classe emergente é representada por trabalhadores assalariados que, normalmente, estão realizando atividades que exigem pouca habilidade intelectual, como vendedores, técnicos e profissionais do setor de serviços, como o *telemarketing*. De acordo com Nassif (2013), “foi a formalização do emprego e a melhoria salarial que explicam a ascensão da nova classe média”.

A ascensão dessa classe emergente é fruto do seu próprio esforço. Segundo Souza (2012), há uma tríade desses trabalhadores que explica tal ascensão: disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo. Corroborando o ponto de vista de Souza (2012), Nassif (2013) afirma que “a ascensão da nova classe média se deu basicamente em função do trabalho, não das transferências de renda e a transição demográfica”.

Ressaltamos também que os programas sociais do governo petista, como Bolsa Família, Bolsa Escola, Prouni, Reuni, entre outros foram fundamentais para a melhoria de vida desses sujeitos da nova classe média. Porém, gostaríamos

de lembrar que tais programas, sozinhos, não são capazes de acabar com as desigualdades sociais e a distinção entre classes. Eles estão provendo acesso ao mínimo, para que as pessoas batalhadoras, como essa nova classe de trabalhadores, consigam melhorar suas vidas.

Ademais, esses trabalhadores não se afastaram, expressivamente, de situações de vulnerabilidade social e econômica. Eles ainda carregam consigo as mesmas marcas constitutivas da classe, a dinâmica das interações sociais, as visões de mundo e o modo de operá-lo, e, principalmente, estão sujeitos às mesmas práticas de dominação e exclusão do capitalismo.

Há uma correlação entre a emergência dos trabalhadores e o processo de transição para o capitalismo financeiro. Processo de transição situado na periferia, na qual a produção fordista foi severamente excludente, mantendo parte da força de trabalho à margem. O mundo social dos trabalhadores da nova classe média é formado por trabalhos flexíveis, pela provisoriação de estratégias de vida, pela necessidade de adaptar-se rapidamente às condições de trabalho mutantes e a mercados reconfigurados por tendências da estação. Essa classe emergente é efeito do processo de incorporação de trabalhadores pobres excluídos da sociedade fordista às novas formas de organização do trabalho e da produção do capitalismo contemporâneo (Teixeira, 2013).

Desse modo, trata-se de uma classe social apta e disposta a trabalhar em jornadas extensas, em pequenos negócios de “fundo de quintal”, baseadas em relações familiares e, muitas vezes, sem garantias e direitos trabalhistas. O que essa classe não percebe é que, apesar de serem microempreendedores formais, informais ou trabalhadores assalariados de pequenos negócios, eles continuam sendo superexplorados, porém agora o “patrão” é invisível e impessoal: o capital financeiro.

Uma das preocupações centrais de Marx (2004, p. 81) sobre o capitalismo industrial era o estranhamento do trabalhador consigo mesmo: “Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre ele se torna ele mesmo, seu mundo interior, tanto menos ele pertence a si”.

Os sujeitos pertencentes à nova classe média precisam sacrificar muito das suas vidas para conseguir acesso limitado ao consumo e melhoria mínima de renda. É por isso que Souza (2012) alega que não se trata de uma nova classe social e sim de uma nova classe trabalhadora, uma vez que o trabalho continua sendo o elemento central da vida das pessoas desse estrato social. Cabe-nos refletir se a renda e o consumo são capazes de esclarecer a superexploração maquiada do novo trabalhador.

5 RENDA, CONSUMO E CENTRALIDADE DO TRABALHO

É inegável que nos últimos anos, no Brasil, houve um aumento de renda e acesso ao consumo por milhões de brasileiros. Porém, podemos dizer que essa parte da população conseguiu ascender socialmente? Para Lamounier e Souza (2010), é por causa da ampliação do número de empregos e da renda, em condições de inflação baixa e crédito farto, que nós, brasileiros, pudemos acrescer, nos últimos anos, o nosso poder de compra e conseguir o ingresso na tão sonhada classe média. Fazer parte dessa classe, para os autores, significa ter acesso à casa própria, ao automóvel e a uma vasta gama de bens de consumo que antes eram impossíveis a essa população.

Assim, a renda e o consumo tornam-se elementos essenciais para a compreensão da dinâmica do capitalismo contemporâneo. No Brasil, a estabilização econômica, o aumento do emprego, a abertura do país para o comércio internacional e o crédito farto são apontados por Lamounier e Souza (2010) como os principais motivos de mobilidade social da antiga “classe C” para a “nova classe média”.

Tal visão corrobora a pós-modernidade. Para os pós-modernos, no capitalismo contemporâneo, o trabalho perde sua centralidade, e o consumo torna-se a componente central para compreender as relações na sociedade. A dependência mútua entre capital e trabalho estaria perdendo espaço para a dualidade capital e consumo. Desse modo, o capital passaria a depender dos consumidores e não mais dos trabalhadores (Bauman, 2001; Fontenelle, 2008).

É exatamente nesse ponto que discordamos. Para nós, não há como o trabalho ser subordinado e o consumo ser dominante para a nova classe média. Se essa parte da população passou a ter acesso a bens materiais e imateriais que antes lhe eram negados, isso é fruto de trabalho árduo, jornadas exaustivas, sacrifícios pessoais e muita força de vontade. Então, como o trabalho perde sua centralidade?

Lamounier e Souza (2010) explicam que a sustentabilidade dessa ascensão social depende do crescimento do país com estabilidade e distribuição, da renda e do consumo, da educação e da mobilidade, do empreendedorismo, do capital social e de projetos de vida, além de atitudes políticas democráticas. Percebem que o trabalho é ignorado como artefato formador da classe social.

Não fará sentido nos mostrar vários gráficos que ilustrem o aumento do consumo de eletrodomésticos, casas e automóveis, de melhores índices educacionais, de abertura de novos pequenos negócios, se esses números não refletirem na real mudança de desigualdade social. Não podemos deixar que “o preço” pago por esses sujeitos continue invisível. O capital naturalizou a superexploração que

foi transvestida em ação individual transformadora. A acumulação virou algo tão sutil na sociedade que não percebemos que a exaltação da renda e do consumo como respostas às mudanças sociais é leviana e esconde toda a dominação simbólica do capitalismo.

A associação simples e superficial entre classe, renda e consumo não é capaz de compreender toda a complexidade que há por trás das estruturas de distinção e separação de classes. Quando percebemos a sociedade apenas como mera reprodução do mercado, ou seja, pela renda e pelo consumo, estamos perpetuando a mesquinhez do patrimonialismo. Cabe a todos nós questionar essas estruturas que nos parecem dadas na realidade, mas que escondem o segregacionismo de classes presente desde sempre na história brasileira e que legitima as classes dominantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho está longe de ser conclusivo. Muito pelo contrário, esperamos que ele seja apenas o início de uma reflexão que requer novos olhares para as questões que permeiam o mundo do trabalho, os conceitos de classes e o capitalismo contemporâneo. Vemos pela frente o desafio da tentativa de compreender as relações sociais de classe de uma forma não hierárquica e econômica, levando em consideração o contexto em que tais sujeitos estão inseridos.

As constantes transformações que o Brasil tem sofrido nos últimos anos, em decorrência do capitalismo contemporâneo, aumentam o nível de complexidade das relações sociais. Durante toda a história brasileira, presenciamos a violência simbólica, invisível, que justifica a desigualdade social do país. Porém, agora não podemos continuar de olhos fechados, permitindo que teorias superficiais expliquem as diferenças entre as classes e continuem a perpetuar os interesses dos dominadores. Precisamos compreender como tais mudanças podem acarretar melhorias de vida efetivas para milhões de brasileiros que estão trabalhando de sol a sol para fugir do que Souza (2012) chamou de a “ralé brasileira”.

Assim, concordamos com a visão de Souza (2012) de que não há a formação de uma nova classe média, mas sim de uma nova classe trabalhadora. Para esses sujeitos, o trabalho continua sendo o elemento central e transformador de suas vidas, que permite também acesso ao que antes era restrito a uma pequena parcela da população. Contrariando o senso comum, esses trabalhadores não só consomem carros, celulares, televisões, pelo contrário, o principal consumo dessas pessoas é a educação (Lamounier & Souza, 2010). Por meio da educação, esses trabalhadores acreditam que poderão conquistar melhores lugares no mundo do trabalho. Ainda não vemos que o acesso à educação tenha possibilitado

tal realização, haja vista a ressignificação que o capitalismo contemporâneo operou na educação: um requisito mínimo que não é garantia de nada.

Assim, esse é um objeto de estudo ainda pouco explorado nos estudos organizacionais. Se estamos tratando de uma classe cujo trabalho permanece como elemento centralizador de suas vidas e, por conseguinte, com o mundo organizacional, é de fundamental importância que os estudos organizacionais tragam sua contribuição efetiva para a compreensão de um fenômeno complexo e recente: as transformações das classes sociais no Brasil.

Sugerimos, então, que novos trabalhos sejam realizados, principalmente de cunho empírico, que permitam compreender as contradições presentes na ascensão dessa nova classe e a contínua exploração do trabalho. Para desmistificar as relações sociais, precisamos de mais pesquisas de cunho crítico que questionem tudo que está naturalizado e escondido em nossa sociedade.

INCOME, CONSUMPTION AND CENTRALIZATION OF WORK IN THE BRAZILIAN “NEW MIDDLE CLASS”

ABSTRACT

Purpose: Understand the centrality of work for the Brazilian emerging social class, known as “new” middle class.

Originality/gap/relevance/implications: This paper contributes academically, since This paper aims at a recent phenomenon currently under debate. Since we are talking about a class in which work remains the centralizing element of their lives and, therefore, within the organizational world, it is of fundamental importance that the Organizational Studies add their contribution.

Key methodological aspects: There are few papers written about this theme, so our paper was based on the systematic review of literature.

Summary of key results: The simple and superficial association among class, income and consumption does not suffice to understand the complexity that lies behind the distinction structures and separation of classes. When we perceive society as a mere reproduction of the market, in other words, though income and consumption, we are perpetuating the naturalization of overexploitation of capital that posed as an individual modifying action. The accumulation has become something so subtle in society that we do not realize that the exaltation of income and consumption as responses to social changes is frivolous and hides all the symbolic domination of capitalism.

Key considerations/conclusions: We claim there isn't the uprising of a new middle class, but a new working class. For these subjects, work remains the central

and transforming element of their lives, which also allows access to what was once restricted to a small amount of the population.

KEYWORDS

Social class. New middle class. Income. Consumption. Work.

RENTA, CONSUMO Y CENTRALIDAD DEL TRABAJO EN LA “NUEVA CLASE MEDIA” BRASILEÑA

RESUMEN

Objetivo: Entender la centralidad del trabajo para la clase social emergente brasileña, conocida como “nueva” clase media.

Originalidad/laguna/relevancia/implicaciones: La centralidad del trabajo es un fenómeno reciente y con debates en construcción. Si estamos hablando de una clase donde el trabajo sigue siendo el elemento central de sus vidas y, por lo tanto, con el mundo de la organización, es de fundamental importancia que los Estudios Organizacionales traigan su contribución.

Principales aspectos metodológicos: Existen pocos trabajos escritos sobre este tema, por lo que nuestro trabajo se basó en la revisión sistemática de la literatura.

Síntesis de los principales resultados: Repetimos que la asociación simple y superficial entre clase, renta y consumo no es capaz de comprender toda la complejidad que hay detrás de las estructuras de distinción y separación de clases. Cuando percibimos la sociedad apenas como una sencilla reproducción del mercado, o sea, por la renta y por el consumo, estamos perpetuando la naturalización de la sobreexplotación del capital que fue disfrazada de acción individual transformadora. La acumulación se volvió algo tan sutil en la sociedad que no se percibe que la exaltación de la renta y del consumo como respuestas a los cambios sociales es frívola y oculta toda la dominación simbólica del capitalismo.

Principales consideraciones/conclusiones: Declaramos que no hay formación de una nueva clase media, sino una nueva clase trabajadora. Para esos individuos, el trabajo sigue siendo el elemento central y que transforma sus vidas, que también permite el acceso a lo que antes se limitaba a una pequeña porción de la población.

PALABRAS CLAVE

Clase social. Nueva clase media. Renta. Consumo. Trabajo.

REFERÊNCIAS

- Barley, S. R., & Kunda, G. (2001). Bringing work back in. *Organization Science*, 12(1), 76-95.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk.
- Braverman, H. (1977). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bresser-Pereira, L. C. (2002). *Classes e estratos sociais no capitalismo contemporâneo* (Texto para discussão, n° 117). São Paulo: Fundação Getulio Vargas.
- Fontenelle, I. A. (2008). *Pós-modernidade: trabalho e consumo*. São Paulo: Cengage Learning.
- Jamenson, F. (1996). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.
- Lamounier, S., & Souza, A. (2010). *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. São Paulo: Campus, CNI.
- Marcuse, H. (1982). *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Marx, K. (1985). *O capital*. Livro I. (Os economistas). São Paulo: Nova Cultural.
- Marx, K. (2004). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- Nassif, L. (2013). O perfil da nova classe média. Recuperado em 3 dezembro, 2013, de <http://www.cartacapital.com.br/economia/o-perfil-da-nova-classe-media-9232.html>.
- Neri, M. (2011). *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva.
- Parsons, T. (1940). An analytical approach to the theory social stratification. *The American Journal of Sociology*, 45(6), 841-862.
- Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- Poster, M. (1979). *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Quaino, L. (2013). Classe média na favela sobe de 33% para 65% em 10 anos, diz pesquisa. Recuperado em 3 dezembro, 2013, de <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/11/classe-media-na-favela-sobe-de-33-para-65-em-10-anos-diz-pesquisa.html>.
- Quintaneiro, T., Barbosa, M. L. G., & Oliveira, M. G. M. (2003). *Toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Sennett, R. (1999). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Souza, J. (2012). *Os trabalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (2a ed.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Tauile, J. R., & Faria, L. A. E. (1999). As transformações do capitalismo contemporâneo e sua natureza na análise de Marx. *Revista de Economia Política*, 19(1), 158-181.
- Teixeira, M. O. (2013). Os trabalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? *Trabalho, Educação e Saúde*, 11(2), 451-455.